



ATA N.º 15

-----Aos dezanove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, pelas nove horas reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal de Moura, tendo estado presentes: -----

----- **Presidente:**----- **Álvaro José Pato Azedo Alegria** -----

----- **Vereadores:** ----- **José Maria Prazeres Pós-de-Mina**-----

----- **Lurdes da Conceição Pé-Curto Balola**-----

----- **André Albino Linhas Roxas**-----

----- **José Francisco Calado Banha**-----

----- **Ana Maria Charrama Farinho**-----

----- **Manuel Martinho Franco Lavaredas Bio**-----

-----A reunião foi secretariada pela Dr.^a Maria de Lurdes Soares, coadjuvada pela funcionária Célia Patrícia Perfeito Caraça. -----

-----**ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO** -----

-----Após verificação da existência de quórum foi pelo Presidente declarada aberta a reunião, com os pontos constantes da seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----**PRESIDÊNCIA** -----

-----**011518** - Relatório e Contas do ano 2017-----

-----**021518** - Proposta de 1ª Revisão ao Orçamento em vigor para o ano de 2018 -----

-----**031518** - "Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Moura" - para submeter à apreciação da Câmara Municipal e posterior envio para a Assembleia Municipal-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

-----**PRESIDÊNCIA** -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Relatório e Contas do ano 2017 -----011518

-----Foi presente para apreciação o Relatório de Contas referente ao ano de 2017. -----

-----O Presidente da Câmara ao iniciar os trabalhos e antes da discussão do documento em apreciação expressou em nome de todo o executivo as condolências à Técnica, nomeada como secretário das reuniões de câmara, por falecimento de um familiar, tendo ainda procedido à entrega aos vereadores da CDU do programa das comemorações do “25 de Abril”, dirigindo-lhes o convite para estarem presentes nas atividades agendadas para esse dia. Concluiu, dando conta da visita pastoral do Bispo de Beja ao Município de Moura, o qual seria recebido pelas onze horas e trinta minutos, nesse mesmo dia, no Salão Nobre dos Paços do Concelho. -----

-----Seguidamente, o Presidente da Câmara deu a palavra ao vereador José Maria Pós-de-Mina que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e endereçando as suas condolências à Técnica. No que diz respeito ao primeiro ponto na ordem de trabalhos, disse que a análise ao mesmo teria de ser feita em dois períodos distintos, por a parte mais significativa do ano em análise ser respeitante ao anterior executivo sendo que o período mais curto se refere ao presente executivo. Afirmou que a predisposição dos vereadores da CDU seria votar favoravelmente o documento, à semelhança da votação do Relatório de Contas Intercalar, no entanto, e devido ao que vem referido na página três do documento, decidiram alterar a sua posição de voto para abstenção em virtude de não concordarem, e considerarem até despropositadas as afirmações do referido texto. Usando a expressão do texto “...os números não enganam...”, referiu que os números devem ser analisados dentro do contexto e da situação em que se realizaram, dando como exemplo a demonstração de resultados dos primeiros dez meses do ano em análise, nos quais a Câmara teria registado um resultado líquido negativo de três vírgula três milhões de euros, comparativamente ao resultado reportado ao mês de dezembro em que esse mesmo resultado negativo é de cinco milhões, logo em dois meses quase se teria atingido metade do resultado negativo dos anteriores dez meses. Afirmou que se fosse feita uma avaliação isolada, poderia afirmar-se que a gestão da Câmara nos últimos dois meses do ano teria sido terrível.



-----Avançou na análise do documento, mencionando que no que dizia respeito ao pagamento em atraso a fornecedores a dívida "... reduziu de forma mais significativa...", frisando que a redução no mês de Dezembro, comparativamente ao mês de outubro teria sido de dezassete mil euros. Referiu ainda que, deve existir algum cuidado no que diz respeito ao pagamento a fornecedores salvaguardando, um fundo de reserva de segurança de tesouraria. Disse, que no que refere ao valor da dívida, ouve um aumento comparativamente entre o mês de outubro e dezembro, considerando tratar-se no entanto de um aumento pouco significativo. -----

-----Acrescentou que aquando da discussão da Delegação de Competências da Câmara no Presidente, os vereadores da CDU sugeriram a possibilidade que a mesma fosse discutida alínea a alínea, no sentido de sugerir melhorias ao documento apresentado, uma dessas sugestões passaria por delegar na Câmara a competência de aprovar alterações orçamentais a qual não foi aceite pelo Presidente da Câmara. Em virtude dessa decisão, e desde o início do mandato até ao final do ano de dois mil e dezassete, foram verificadas cinco alterações orçamentais, das quais os vereadores da CDU não tiveram qualquer conhecimento. Entendendo que, por meio de despacho, e quando se veja na necessidade, o Presidente traga, na reunião imediatamente a seguir, o documento para ratificação do órgão Câmara Municipal, fazendo assim da decisão a exceção e não a regra. ----

-----Em conclusão, e justificando a posição de voto da bancada, considerou que o relatório deveria transparecer a vasta e diversificada atividade ocorrida ao longo do ano e não o traduz. -----

-----O vereador José Banha deu início à sua intervenção fazendo alusão ao plasmado na página três do documento em discussão, dizendo que se a interpretação do texto pelos vereadores da CDU alterava a sua posição de voto para abstenção, a sua interpretação do mesmo seria que apesar do curto período de dois meses, que um executivo, completamente novo, teve para trabalhar, "...muito foi feito...muito foi pago...". Lamentou o facto de não existir por parte da bancada da CDU um reconhecimento pelo cumprimento de todos os compromissos que o novo executivo assumiu e cumpriu, os quais tinham sido assumidos pelo anterior executivo, referindo-se nomeadamente ao pagamento das faturas referentes aos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

arruamentos, ao apoio à aquisição de viatura pelos Bombeiros Voluntários de Moura e ainda a transferência de verba referente aos Acordos com as Juntas de Freguesia, assinados pelo anterior executivo. Mencionou ainda, que o cumprimento desses compromissos teve bastante peso a nível de tesouraria, em virtude de terem sido pagos sem recurso a fundos comunitários, valores esses acima dos cem mil euros. Afirmou que sem o contributo dos funcionários e técnicos da Câmara Municipal não teria sido possível ao novo executivo efectuar um bom trabalho nos últimos dois meses do ano de dois mil e dezassete. Frisou que aquilo que preocupa o executivo, não seria a demonstração do resultado do movimento anual, mas sim observar os rácios de liquidez, que nunca teriam estado tão em baixo, o que condiciona a possibilidade de dar resposta a algum imprevisto que possa surgir. Observou que o Município é rico em património, mas apesar desse facto, entendia que ninguém queria desfazer-se de património para não perder riqueza. Concluiu, dizendo que mais explicações poderiam ser fornecidas pelo consultor financeiro da Câmara Municipal, presente na reunião.-----

-----O Presidente da Câmara deu a palavra ao Dr. Jorge Pinto, consultor financeiro da Câmara Municipal que transmitiu que na perspectiva técnica o Relatório estaria igual, comparativamente a anos anteriores na sua estrutura, metodologia e critérios. Mencionou que do ponto de vista da análise da estrutura económica e financeira, de tesouraria e orçamental da Câmara a mesma se encontra espelhada nos seus elementos, sendo que do ponto de vista técnico e do cumprimento das regras públicas para o conjunto de situações apresentadas, o que importaria realçar, tal como está espelhado no relatório foi a capacidade da Câmara Municipal de reduzir em quarenta e seis por cento os pagamentos em atraso até dezembro do ano transato, quando a lei do orçamento de estado para o ano de dois mil e dezassete, à semelhança de anos anteriores, exigia uma redução de dez por cento. Referiu que do ponto de vista macro e de análise da gestão, o que seria recomendável seria que a trinta e um de dezembro os pagamentos em atraso estivessem a zero, o que daria ao Município liberdade de projecção dos fundos disponíveis, muito distinta daquele que se têm vindo a verificar nos últimos anos. Avançou, explicando que do ponto de vista estrutural e de organização, existem



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

aspectos de correcção de pormenor no que diz respeito à amortização de bens, frisando que do ponto de vista patrimonial, o Município de Moura seria um dos detentores do património mais rico e que, com rigor o tem espelhado nas suas contas. No que diz respeito às amortizações do exercício, se uma autarquia não tiver rendimentos o património degrada-se, sendo uma das demonstrações do subfinanciamento do poder local o de exactamente perceber que os seus proveitos não geram fontes de financiamento suficientes para cobrir as suas amortizações. No que concerne ao problema estrutural, esse reflecte-se na tesouraria da Câmara, considerando que não é sustentável o grau de desequilíbrio que existe no Sistema de Águas, Saneamento e Resíduos, porque, na dívida a terceiros, retirando a dívida do sector das águas, a mesma não têm nenhum grau de significado. Na análise do ponto de vista orçamental, julga não existir despesismo, que se reflecte nos resultados extraordinários que se apresentam negativos em vários aspectos em virtude de cinco por cento do orçamento da Câmara ter servido para dar apoio a instituições do concelho. Concluiu, considerando não existir diferença entre os últimos dois meses do ano nem nos restantes, nem necessidade de existir uma comparação entre o Relatório e a Conta Intercalar.-----

-----O vereador Pós-de-Mina interveio, dando conta de uma afirmação feita pelo vereador José Banha quando este referiu que a Câmara Municipal é composta pelos sete elementos, facto que desde o início do mandato considera que essa posição não se tem vindo a verificar, sendo que aquilo que os vereadores da CDU têm sentido seria a desconsideração e desvalorização enquanto órgão colegial, apesar de estarem sempre disponíveis para colaborar, participar e dar os seus contributos. Reconheceu, as dificuldades com as quais o executivo se depara, afirmando que aquilo que criticam seria a posição do atual executivo na afirmação que no período de dois meses a situação se alterou, frisou que quando for feita a análise das contas relativamente ao ano de dois mil e dezoito, haveria condições para um debate mais aprofundado. Reconheceu que existem dificuldades a nível de tesouraria, afirmando que para uma gestão eficaz seria indispensável existir uma reserva segura de tesouraria, para fazer face a imprevistos, situação que através dos números se confirma não estar a ser assegurada. Disse que os problemas e as dificuldades



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

advêm em consequência das opções tomadas pelo executivo CDU e até pelas opções do actual executivo, nomeadamente a redução em dois pontos percentuais no IRS, no qual o saldo de tesouraria poderia ser superior em quase duzentos mil euros. Criticou o facto de ser caracterizada a gestão dos dois últimos meses do ano como rigorosa e realista, sugerindo que a anterior não o teria sido. Disse ainda que o facto de não existir dinheiro poderia resultar da opção de onde se quer receber ou onde se quer gastar esse dinheiro. Comentado, a falta de reconhecimento por parte dos vereadores da CDU, ao trabalho realizado no atual mandato, respondeu que o mesmo acontece na avaliação feita à gestão CDU por parte do executivo do Partido Socialista. Afirmou que tal como já havia sido discutido anteriormente a gestão financeira não poderá ser o "fim em si mesmo", efectivamente deve existir um equilíbrio financeiro, no entanto a gestão de uma autarquia deve ser instrumental, nomeadamente porque visa resolver problemas e apoiar entidades. Finalizou a sua intervenção comentando a frase "...muito foi feito, ou melhor dizendo, muito foi pago...", afirmando que se trata de matéria para discutir posteriormente, no entanto se no ano de dois mil e dezoito, continuarem por exemplo no lançamento de obras e iniciativas ao ritmo atual, chegar-se-á ao fim do ano com melhor saldo do que em dois mil e dezassete.-----

-----No que diz respeito às questões das alterações orçamentais que foram aprovadas, o Presidente da Câmara Municipal referiu que as mesmas foram um exercício essencial naquele momento, disse ainda que não teria qualquer problema, no futuro de as submeter a ratificação da Câmara Municipal, na reunião seguinte, afirmando que a gestão do seu executivo primava pela transparência, rigor e das regras básicas, nomeadamente na relação com os eleitos da CDU e com a Assembleia Municipal. No que concerne à fiscalidade, tratava-se de compromissos assumidos pelo partido socialista, tendo observado que as propostas apresentadas pelos outros partidos com assento na Assembleia Municipal teriam sido ainda mais ousadas que as do Partido Socialista. -----

-----Foi colocado a votação o referido ponto da ordem de trabalhos. -----



----- DELIBERADO POR MAIORIA DE QUATRO VOTOS A FAVOR, TRÊS ABSTENÇÕES DOS VEREADORES DA CDU, APROVAR O RELATÓRIO E CONTAS REFERENTES AO ANO DE 2017. DELIBERADO AINDA SUBMETER O MESMO À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA -----

-----Proposta de 1ª Revisão ao Orçamento em vigor para o ano de 2018-----

-----021518

-----Foi presente para apreciação a 1ª Revisão ao Orçamento a vigorar no ano de 2018. -----

-----Neste contexto pediu a palavra o vereador André Linhas Roxas para explicar que a posição de voto da bancada CDU, seria de abstenção, por entenderem que existiria uma alteração de postura no respeitante à informação prestada aos vereadores da CDU, nomeadamente no que dizia respeito ao desconhecimento das alterações ao orçamento e também à alteração aos programas de financiamento. Concluiu tendo solicitado que, de futuro a informação lhes chegue mais atempadamente para que possam tomar uma opção mais formada. -----

-----Em resposta, o Presidente da Câmara esclareceu não se tratar de uma alteração de conduta, afirmou que existiria um compromisso com a Assembleia Municipal e com a Câmara Municipal e que a postura do executivo da Câmara Municipal seria a de total transparência face aos eleitos da CDU, do P.S e do P.S.D. Referiu-se ainda ao facto que, tem vindo a ser feito um esforço por parte do executivo do P.S. para manter informados os restantes eleitos e que comparativamente ao passado, na sua opinião, nunca a informação teria sido completa, e que estariam sempre a tentar melhorar para que os demais eleitos da Câmara Municipal, também pudessem estar ao corrente do trabalho desenvolvido pelo executivo em funções. -----

-----Pediu para intervir o vereador José Maria Pós-de-Mina para solicitar informação complementar relativamente aquela prestada no início do mandato sobre a questão da reprogramação, dado que existiram alterações nos diversos



[Handwritten signature]

CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

instrumentos de financiamento, nomeadamente no ITI, PEDU e outros que vêm referenciados como candidaturas no documento. -----

-----O Presidente da Câmara assentiu ao solicitado, explicitando que no que dizia respeito a essa matéria já teria vindo à Câmara Municipal para aprovação a alteração ARU. -----

-----Foi colocado a votação o referido documento.-----

-----DELIBERADO POR MAIORIA DE QUATRO VOTOS A FAVOR, TRÊS ABSTENÇÕES DOS VEREADORES DA CDU, APROVAR A 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO EM VIGOR NO ANO DE 2018. DELIBERADO AINDA SUBMETER O MESMO À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA -----

-----"Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Moura" - para submeter à apreciação da Câmara Municipal e posterior envio para a Assembleia Municipal -----

-----031518

-----Foi presente para apreciação da Câmara Municipal o "Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Moura" e posterior envio para apreciação da Assembleia Municipal-----

-----DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR O "PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE MOURA". DELIBERADO AINDA SUBMETER O MESMO À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA. -----

-----VOTAÇÃO DA MINUTA DA ATA-----

-----De acordo com o disposto no n.º 3, do art.º 57º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, foi elaborada minuta, com os pontos constantes da Ordem de Trabalhos que, depois de lida, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade e assinada pelo Presidente e Secretário. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**-----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram nove horas e cinquenta e cinco minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, a qual vai ser presente à reunião seguinte, com vista à sua aprovação e assinatura pelo Presidente e pelo Secretário.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA, 19 de abril de 2018

PRESIDENTE: _____

SECRETÁRIO: _____

